



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Centro de Educação- CEDU
Maceió - Alagoas - Brasil

ARTHUR RAMOS (1939) E A INFÂNCIA: biopolítica e condução de condutas

Fernanda Lays da Silva Santos (UFAL)
(fernanda.lays@cedu.ufal.br)
Ana Paula Teodoro dos Santos (UFAL)
(anapaula_uneal@hotmail.com)
Walter Matias Lima (UFAL)
(waltermatias@gmail.com)

RESUMO:

Na história da educação brasileira, a infância tem sido alvo de projetos educativos e sociais que não estão isentos de neutralidade política, constituindo-se neles visões de mundo, sociedade, ser humano, sobretudo de infância. A preocupação com a infância esteve presente em discursos e ações de intelectuais, entre eles, os escolanovistas e o médico Arthur Ramos. O psiquiatra alagoano dedicou-se a investigar, no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) em articulação com a reforma educacional proposta por Anísio Teixeira, o comportamento de crianças de escola pública tidas como “anormais”, analisando mais de dois mil escolares, aplicando sobretudo o método clínico. Segundo Foucault (2014), a medicina foi uma estratégia biopolítica que interveio na vida das populações, docilizando corpos e mentes para garantir força de trabalho útil, sadia e submissa. Tem-se como objetivo analisar a noção de infância no discurso médico de Arthur Ramos, divulgado nas produções *A criança problema* e *Saúde do espírito*, ambas de 1939. Como a infância foi tratada e sua relação com estratégias biopolíticas? Esta é uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, com base nos estudos pós-estruturalistas, sobretudo do filósofo Michel Foucault. Percebem-se intervenções médicas no corpo e na mente das crianças, que seriam moldadas a um contexto utilitarista e liberal, logo, docilizadas, circunscritas em relações de poder, constituindo, assim, uma estratégia biopolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Arthur Ramos. Pedagogia Nova. Biopolítica. Infância.

1 INTRODUÇÃO

Na transição do período medieval para a modernidade, sobretudo, no século XVIII por diante, em que o Estado Moderno sobreveio com uma configuração pautada em regime “democrático” em que se pensou a cidadania. Diferente da

monarquia, no qual os súditos não tinham direito sobre o seu corpo, sua vida e morte, o monarca, segundo Foucault (2010), fazia morrer e deixava viver, já nos tempos modernos, o Estado busca fazer viver e deixar morrer. Isso significa que o Estado intervém na vida da população, pois a vida torna-se objeto do poder, tendo em vista que com a industrialização e ascensão capitalista é fundamental ter trabalhadores, e para isso, a população tem que ser saudável e submissa.

Os efeitos de transformações sociais, econômicas, políticas, exigiu uma nova forma de governar a população, que fosse contínua e sutil. É nessa direção que Foucault (2010) traz a ideia de Biopolítica que pode ser definida como uma “tecnologia que visa não o treinamento individual, mas, pelo o equilíbrio global, algo como uma homeostase : a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos (FOUCAULT, 2010, p.209). Assim, a biopolítica se configura como uma tecnologia de poder que vai além do homem-corpo, mas adentra no homem-espécie. O Estado atua sobre a vida da população, sobre sua maneira de viver em prol de lidar com vários problemas políticos e econômicos. Se formos pensar no contexto brasileiro, no século XIX, com a abolição da Escravatura (1888) e o período Republicano (1889), saiu-se do regime escravocrata para o assalariado, a configuração das cidades mudou, porque muitas populações, se aglomeraram no meio urbano, nos cortiços. Cidades sem infraestrutura, saneamento, nem políticas públicas sociais para os negros, indígenas, mestiços, a população em condição de pobreza, no geral. Paralelo a isso, muitas endemias surgiram na primeira metade do século XX, afetando a camada popular. Com isso, muitos dirigentes e a elite brasileira teve um projeto político e social de reorganização da nação brasileira, a fim de torná-las semelhantes às nações europeias, estas vistas como modernas e civilizadas.

Essa contextualização do cenário brasileiro, nos permite articular e refletir sobre a biopolítica como uma tecnologia de poder que foi utilizada para lidar com problemas sociais, a fim de manter a ordem, o equilíbrio, a harmonia. Um exemplo disso foram as políticas eugênicas e higienistas que intervieram nos processos biológicos da população para administrar o futuro, ou seja, evitando o nascimento e reprodução do degenerado ou mal nascido, e buscando criar uma população semelhante aos europeus - políticas de branqueamento. Afinal, o número da

população era bem maior que a elite brasileira, controlar o povo era visto como necessário para evitar a rebeldia, a revolta, a doença, os perigos que os outros poderiam trazer ao grupo social dominante, bem como atender às necessidades de formação de trabalhadores para o sistema capitalista.

O cerne da biopolítica sendo o fazer viver e deixar morrer, implica em uma política para afirmar a vida, de intervir nos modos de viver para tornar a população saudável e, conseqüentemente, ampliando a força de trabalho. Há duas questões que buscarei também dialogar neste estudo: O que seria saudável? Se a biopolítica afirma a vida, por que uns foram expostos à morte como por exemplo, já citado, da eugenia e higienismo, se ambos trazem em seu conceito garantir ou promover a saúde? Primeiramente, venho destacar que Foucault (1994) nos diz que a medicina foi uma estratégia biopolítica, o que significa que o discurso médico que trata das questões de saúde e doença, vida e morte, dos processos biológicos fabricou o normal e o anormal, o saudável e o doente, no viés social, legitimado por meio da ciência.

A criança que antes era vista como um adulto em miniatura, e que o modo de pensar a infância passou a ser visto por outra ótica, com os estudos sobre a psicologia infantil, a biologia e de todo um contexto econômico e social que sofreram influências do liberalismo, exigiu-se pensar a infância. Como a infância foi/é pensada e tratada?

Em relação aos objetivos, o trabalho predispõe-se, inicialmente, a tratar a proposta da Escola Nova como meio de produção de subjetividades, caracterizando um investimento biopolítico nos saberes e discursos analisados. Para isso, utilizamos a pesquisa qualitativa com análise documental e bibliográfica, nos apoiando na teoria e no método arqueogenealógico de Michel Foucault, a hermenêutica do discurso, para analisar a história da educação brasileira. Escolhemos o método arqueogenealógico do mencionado filósofo por compreender que contempla às análises pretendidas no que tange a formação do sujeito, no campo da historiografia. Nesse viés, envolve “desterritorializar, desfamiliarizar, levar ao estranhamento.” conforme Hennigen (2007), que envolve o pensamento foucaultiano, e nos convida à permanente reflexão e transgressão de verdades impostas que é um caminho para a crítica e a mudança sendo por onde passa a liberdade. O pensamento e metodologia foucaultiana perpassa por momentos que

envolvem “o que posso saber” (arqueologia), “o que posso fazer” (genealogia) e o “que posso ser” (ética).

2 ARTICULAÇÕES ENTRE A PROPOSTA ESCOLANOVISTA E ARTHUR RAMOS NA FORMAÇÃO INFANTIL: reflexões sobre a intervenção biopolítica

Em cada época, a consciência social dos problemas educacionais revela-se na escola por sua organização, formas de trabalho e transformações que a ajustem a novas situações e novos fins sentidos como desejáveis. O movimento de renovação de nosso tempo não tem representado senão um grande esforço no sentido desse reajustamento, segundo novas bases e ensaio de instrumentação mais eficaz para a consecução de tal objetivo. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.18).

Desde o século XIX ao XX, impulsionada por várias circunstâncias, entre elas os novos estudos psicológicos sobre o desenvolvimento infantil, a Revolução Francesa (1789 - 1799), a 1.ª Guerra Mundial (1914 -1918), a industrialização e como resultado também, desses momentos, surgiu a necessidade de estabelecer uma dependência entre os povos e nações de um modo pacífico. Para isso, seria fundamental investir em uma educação nova para uma nova sociedade. Em face disso, tornava-se imprescindível rever os princípios da educação e suas instituições, bem como planejá-las e difundi-las em âmbito mundial.

Nessa perspectiva, para garantir a hegemonia da cultura europeia no mundo, seria necessário que o governo fosse responsável pelo acesso do povo ao ensino, sendo esse um dos objetivos do movimento de reforma educacional. Além disso, com as pesquisas apontadas pela psicologia educacional sobre a relevância do educador analisar o desenvolvimento do indivíduo, suas condições de crescimento, e o entendimento do processo de aprendizagem em determinadas circunstâncias. Assim, a pedagogia adquire um caráter científico com as pesquisas da psicologia, biologia, antropologia. “Era preciso basear as decisões sobre métodos e processos educativos em conhecimentos científicos, positivos estabelecidos mediante procedimentos empiricamente verificáveis.” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 19).

Um dos educadores que foi um grande expoente do pensamento escolanovista, sobretudo, nas Américas, foi o norte-americano John Dewey

(1859-1952), que muitas de suas concepções inspiraram educadores brasileiros, a exemplo de Anísio Teixeira, dentre outros. Como pragmatista, numa perspectiva anglo-saxônica, “a estrutura pode ser aperfeiçoada a partir da depuração, purificação do ideal, Dewey, como progressivista que foi, clama, dentro do sistema, pelo aperfeiçoamento do mesmo” (GUILHERME, 2017, p.213). Assim ao se referir à formação individual apresenta uma visão purificadora, pela busca de um modelo ideal de homem e de humanidade. Assim, a infância é vista como imperfeita, logo faltante, que precisa ser moldada desde a mais tenra idade pelo educador para se tornar, no futuro, o adulto ideal. A preocupação com a infância, entendida nessa visão como etapa da vida, era central para atingir os sonhos políticos da nação brasileira. Nesse sentido, uma nova proposta de educação apoiava-se em conceitos como desenvolvimento e maturidade, e isso implicava uma nova concepção de infância, tratamento dado a ela, ordenamentos curriculares e formação de professores. Que conceitos seriam esses e o que eles implicariam no âmbito escolar?

Segundo Lourenço Filho (2002), o processo de crescimento e maturação destacados pelos estudos biológicos vieram a influenciar o pensamento pedagógico, pois as capacidades de aprender, por exemplo, leitura e escrita, trabalhos manuais, dentre outros, articulavam-se com o desenvolvimento do organismo. Seria preciso considerá-lo e conhecê-lo, pois: “o organismo, em interação com o meio, vem plenamente a realizar-se ou a tomar a forma adulta, exprimindo-se no plano biológico e no plano social e moral.” (LOURENÇO FILHO, 2002, p.103). As pesquisas em torno dos processos biológicos na infância vieram trazer um outro tratamento dado à infância, e, posteriormente, influenciando em políticas educacionais no sentido de considerar a criança como um sujeito em desenvolvimento:

O sistema endócrino, em todo o curso vital, mantém relações com as funções nervosas, as do sistema *autônomo* e as do sistema *central*, influyendo no metabolismo, na maior ou menor capacidade de reações global, nas crises de excitação e depressão, nos estados emocionais em geral (LOURENÇO FILHO, 2002, p.94-95).

Na citação do escolanovista, podemos observar que a Biologia está articulada com o comportamento, existindo a relação entre o organismo e o meio. Assim, nessa concepção, compreendendo as questões do organismo, sobretudo, os sistemas nervoso e endócrino, poderia compreender o comportamento humano.

Convidamos Kohan (2009) para dialogarmos um pouco sobre a visão de infância ao longo do tempo. Pois bem, segundo este autor, enxergar a infância como desenvolvimento e maturação é limitar a infância a faixa etária, em que envolve uma colonização do adulto sobre a criança, pois a trata como incompleta, faltante. Além disso, olhar a criança como despossuída de juízo, nessa perspectiva adultocêntrica, envolve um determinismo biológico em que o comportamento infantil já é tido como inferior e em uma exterioridade ética, ontológica e política. Outra questão criticada por Kohan (2009) é que o comportamento da criança necessita de ser moldado. Isso podemos pensar que, na visão tradicional, a criança é um ser que apresenta ou pode apresentar um comportamento que precisa ser “controlado”, um ser de “instintos e hábitos”, segundo Ramos (1939) que podem apresentar uma conduta “a-normalizada”, que se pensarmos no determinismo biológico é fruto da natureza humana. Esse pensamento legitimado pela ciência biológica, pelo darwinismo social, subsidiaram práticas fascistas, colonizadoras de determinados grupos sobre os demais, em que seria necessário proteger os “bem-nascidos” e eliminar o que era visto como degenerado¹, e, tornou-se um projeto social, e como a educação a entendemos como uma prática social foi o motor principal para engatar tal façanha.

A ideia dos processos biológicos como campo de saber pedagógico apregoados pelos escolanovistas não iria além de conhecer o desenvolvimento físico da criança, mas não seria uma estatização do biológico, ou seja, o que Foucault (1996) denominou de Biopolítica? Pois bem, a medicina, conforme Foucault (2001), disseminou por meio da perspectiva biológica que o sistema nervoso era onde se processava a estimulação externa, que por sua vez, envolveria as condutas anormais. Assim, a psique foi considerada o centro de onde surgiam as patologias sociais, foram nesse momento que os psiquiatras também concentraram esforços com vários discursos em que o biológico migrou para o campo da mente.

Desse modo, a medicina criou discursos para (re) definir o normal e anormal. Tomando os estudos foucaultianos, como em os Anormais, Foucault (2001) destaca que a modernidade, e conseqüentemente, podemos pensar a pedagogia moderna, ansiava pela emergência de um poder de “normalização”. Esta só seria possível através de práticas dirigidas a determinados indivíduos, que podemos chamar aqui

¹ Ver teoria de degenerescência de Benedict-Augustin Morel (1808-1873), em seu *Traité des Dégénérescences*, publicado em 1857; as noções de “loucuras hereditárias” e “loucuras morais”, de Valetin Magnan (1835-1916); e o organicismo e a temática de “herança mórbida”, de Emil Kraepelin (1856-1926) (CAPONI, 2012a).

de educação, submetidos a mecanismos disciplinares através de instituições denominadas por Foucault (2001) como instituições de sequestro, entre elas: a escola. Os estudos das ciências biológicas subsidiaram o discurso médico eugenista sobre a hereditariedade dos “anormais”, do controle dos genes para poder produzir uma raça considerada superior, a ariana, e essa concepção racista, posteriormente, foi migrando para o campo da mente por meio do higienismo aplicado à escola.

A biologia suscitou uma outra mentalidade na concepção de infância, e isso veio ganhar espaço para a higiene escolar, conforme Lourenço Filho (2002) com a ideia de serviços médico-escolares com o intuito de preservação da saúde na escola, pois a área médica, em especial a pediatria, psiquiatria, determinados grupos compartilhavam desse pensamento, a fim de prevenir para garantir a saúde física que veio a se estender, por outros, em saúde do espírito. Isso será destacado mais à frente com o estudo sobre a influência do médico-psiquiatra Arthur Ramos para o currículo da Escola Nova, mas desde já, podemos sublinhar que havia uma relação da medicina com a educação no século XX, não só no Brasil, mas em âmbito mundial, e isso veio a ter “reflexo nos princípios de organização dos programas de ensino” (LOURENÇO FILHO, 2002, p.101).

As pesquisas na área da Psicologia contribuíram para um novo entendimento sobre o ser humano, por conseguinte, possibilitou um novo olhar acerca da prática pedagógica por lidar com pessoas. Assim, o educando, nessa perspectiva de renovação da educação, tinha uma “personalidade” que deveria ser cuidadosamente orientada. Assim, a criança era vista como um sujeito que tinha alma, espírito, interesses, motivações, hábitos, faculdades; os estudos psicológicos, então, vieram subsidiar nesse projeto de escola nova.

Lourenço Filho (2002), escolanovista e psicólogo, destacou a relevância da psicologia para a educação, pois o ato de educar tinha como finalidade a mudança de comportamento. Que comportamento seria esse? Sabemos que a aprendizagem envolve o aprender a ser, fazer, conhecer. Indo por esse raciocínio, seria um ser submisso ou dominante? Teria uma atitude de aceitação ou de resistência perante as injustiças sociais? Segundo o autor, o ser humano possui desejos, intenções, uma subjetividade, uma personalidade que é forjada no ambiente físico e social em um jogo de relações, por isso a relevância da psicologia para a Escola Nova, pois a relação pedagógica é, antes de tudo, uma relação entre humanos.

Caberia mencionar que, em uma educação tradicional, haveria o controle externo, punições, castigos físicos, no entanto, na perspectiva renovada, considerando os novos estudos da psicologia, isso seria danoso à personalidade da criança, podendo gerar traumas, psicoses, neuroses, repercutindo em um adulto problemático, por isso a importância de conhecer as relações que interferem em sua personalidade. Desse modo, seria viável considerar os interesses e as necessidades da criança para torná-la, não só são de corpo, mas de espírito. Que comportamentos seriam tidos como saudáveis e ideais? Será que não houve uma migração do controle do corpo para o controle da mente? Destacamos que “nenhum conhecimento é mais prático que o da psicologia. Conhecer significa capacidade de prever o que acontecerá” (LOURENÇO FILHO, 2002, p.114).

Um exemplo disso seria a educação higienista (pautada no controle da conduta humana por meio de preceitos psicanalíticos) em que o psiquiatra Arthur Ramos (1939) atuou em escolas públicas, como médico-escolar, examinando, diagnosticando e prescrevendo orientações aos pais e professores de como lidar com a criança “problema”. Isso seria a prevenção para evitar o comportamento problemático futuro, segundo Ramos em *Saúde do espírito* (1939b, p. 69) afirmou:

Aí estão os casos de preguiça e desatenção, de gagueira, de problemas de comportamento sexual, de tiques, de muitos outros problemas chamados ‘maus hábitos’, mentiras, furtos e outras falhas que podemos filiar a ‘pré-delinquência’ infantil, de causas afetivas e ambientais, porque o seu desconhecimento ou a atitude errônea da parte do adulto podem trazer consequências perigosas, mais adiante, que parecem mínimos na infância, podem constituir o núcleo de graves distúrbios da vida adulta.

Nesse pensamento dele, o qual será detalhado, mais à frente, mas de antemão, é uma das influências do médico alagoano para o currículo da Escola Nova, ao propor uma educação higienista, que envolve uma limpeza da mente para evitar ou corrigir as tidas doenças sociais, referidas acima. Sendo esta uma mentalidade que perpassou os objetivos de alguns escolanovistas, entre eles, Anísio Teixeira. Será que esse objetivo foi alcançado? Sabemos que, atualmente, ainda há muitos desses comportamentos nos estudantes, e a busca pelo controle do comportamento ainda é uma constante entre os profissionais da educação. Além do mais, segundo Caponi (2012), a solução para os problemas de comportamento das crianças é, em muitos casos, atribuída aos cuidados do médico, nos dias de hoje, medicalizando, em vez de investigar as causas do comportamento. Arthur Ramos

buscou pesquisar as causas do comportamento, sendo uma das contribuições dele para a educação, porém, sua leitura não saía da visão clínica/psiquiátrica. Nesse sentido, segundo Foucault (1996), o universo do poder não existe apenas no campo econômico, mas age diretamente na produção de subjetividades. O objetivo de “capitalizar poder subjetivo” é que o sujeito e seu corpo sejam moldados em dobradiça do exercício do poder, conforme Marinho (2015). E isso ocorre, sobretudo, no contexto da governamentalidade neoliberal, a qual o exercício do poder envolve os processos de subjetivação.

Sem deixar de mencionar que a Pedagogia renovada defendia a ideia de que a educação era um processo individual baseando-se na filosofia liberal. Por sua vez, compreendia a “Educação enquanto processo individual, ocultando a educação enquanto fenômeno social” (SILVA, 1987, p. 106). Pode-se dizer que a aprendizagem envolvia a falta de “esforço” do indivíduo, ou falta de interesse ou motivação. Nesse viés, desconsiderando aspectos sociais, econômicos e filosóficos. Com isso convém concordar que: “É muito comum ouvir que certas pessoas não deram certo, são perdedoras, não venceram na vida, sem perceber o contexto político, econômico, social e cultural que produzem e disseminam esses discursos.” (PIZZI, 2015, p.32).

Isso seria uma das limitações da proposta de nova educação, a de psicologizar a educação na perspectiva liberal, sendo um instrumento para fortalecer esse ideário, desse modo, culpabilizando o sujeito pelo fracasso escolar e/ou de vida. Desse modo, as políticas curriculares vão além da inclusão de saberes, e exclusão de outros, mas fabrica objetos aos quais fala, tais como competência, fracasso, sucesso, estabelecendo diferenças, hierarquias, discursos e sentidos; conforme Silva (2010), os educadores críticos devem refletir sobre tais aspectos.

A proposta escolanovista traz diferentes meios para a educação escolar, tanto em conceitos quanto em métodos, porém continua o mesmo objetivo de controle social. Pudemos ver ao longo da discussão que tanto a Biologia quanto a Psicologia fizeram parte desse ideário da educação “nova”, e que intentaram o controle do futuro, prevenindo e evitando a desordem social, ou o que podemos chamar de patologias sociais. Na perspectiva de Foucault (2001), os psiquiatras procuravam a origem das patologias mentais, e tais investigações se concentraram em um público alvo: a infância.

O adulto é um ser formado, com o seu passado de erros e incompreensões [...]. No entanto, na criança 'podemos prevenir o aparecimento desses conflitos e desses desajustamentos' [...] 'a infância' é a idade de ouro para a higiene mental [...] muitas vezes provocar um desmonte na máquina complexa de suas emoções, dos seus instintos, da sua inteligência, para ajustá-lo a novas situações. (RAMOS, 1939b, p. 21).

Na citação acima do psiquiatra alagoano Arthur Ramos (1939), podemos pensar que a infância foi objeto dos sonhos políticos, assumindo um caráter central, para alcançar uma nação moderna, pois era na mais tenra idade, infância como faixa etária, que se concentravam os resquícios das neuroses, psicoses, entre outras patologias, no qual por meio do saber médico-psiquiátrico poderia haver intervenções para evitar adultos problemáticos. Assim, para Foucault (2001, p. 387) “a infância foi o princípio de generalização da psiquiatria”, e esta criou discursos normativos dedicados a nomear e julgar as diferenças em anomalias. A psiquiatria assume o papel de “ciência da proteção biológica da espécie” (Foucault, 2001, p. 402). A criança “anormal”, que apresenta comportamentos desviantes, é examinada e diagnosticada, que se formos exemplificar com Arthur Ramos (1939) que traz orientações a pais e professores de como lidar com a criança “problema” destaca que é o meio social que origina os problemas dos infantes, ou seja, são os círculos sociais que a criança está circunscrita que determina o seu comportamento. Embora, o médico alagoano sendo contrário ao determinismo biológico em que a “anormalidade” ou “problema” seja incurável devido a natureza, porém adentra em um racismo cultural, e por conseguinte, biológico, quando se trata de que a infância que deveria ser alvo das orientações higienistas eram as crianças da camada popular. E isso, esteve envolto em um projeto social e educacional em que o psiquiatra alagoano fez parte da reforma educacional da Escola Nova.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou refletir sobre o lugar da infância na proposta pedagógica da Escola Nova e atuação de Arthur Ramos na reforma educacional, que se baseava em uma concepção higienista da mente. Para ele, a infância era uma etapa da vida que precisava ser conduzida pelo adulto para prevenir e corrigir comportamentos inadequados. Toda essa proposta esteve circunscrita a um projeto de sociedade moderna em que a disciplina e a vigilância foram mecanismos de

controle, que iriam produzir subjetividades dóceis, isto é, submissas e úteis, melhor dizendo, adaptadas à sociedade capitalista.

Arthur Ramos, como homem de seu tempo, bebia nas fontes do liberalismo e do positivismo, vendo na ciência médica a “salvação da nação” para manter a ordem social e garantir o progresso econômico. Ele colaborou para um novo olhar sobre a infância no sentido de desmistificar o termo “anormalidade genética” sem investigar as causas do comportamento; e como sua leitura se limitava ao “método clínico”, desconsiderou aspectos sociais, políticos e filosóficos. Saiu do “anormal genético” e adentrou o “anormal cultural” da família do povo, pois, segundo Ramos (1939), a cultura do negro era primitiva. Além disso, era a família do povo que necessitava de uma educação higienista, de um processo civilizatório.

Assim, na visão do médico alagoano, só há espaço para uma infância, a qual é objeto dos sonhos políticos. A criança é “doente de espírito”, despossuída de razão, imoral, desviante, que precisa ser moldada pelos preceitos da higiene mental para controlar os instintos. Desse modo, envolve uma visão adultocêntrica, que cria discursos de dominação, os quais, no campo discursivo e prático, colaboraram para relações hierárquicas e de poder, ou seja, com formas de colonização.

Longe de finalizar a discussão, este diálogo nos possibilita refletir sobre os discursos históricos, não como um mero acontecimento absoluto, mas envolvendo uma imagem de verdade na construção do outro com estratégias biopolíticas que envolviam a dominação e submissão. Por isso, a necessidade de revisitar a história sob um novo olhar, posto que ela deixa vestígios para ser interpretada. Assim é possível desconstruir essencialismos que promovem imagens distorcidas sobre os povos, sujeitos e infâncias.

Este estudo nos possibilita pensar que um conceito de infância foi posto como falta e negação no pensamento pedagógico de Arthur Ramos. O discurso sobre a infância envolveu um investimento biopolítico que, pela formação de hábitos, envolvia processos de subjetivação. O intelectual alagoano preconizava uma subjetividade docilizada, isto é, submissa e útil, entrelaçada por relações de saber e poder que se faziam presentes entre adultos e crianças. A proposta dele foi de outra época, o contexto social e o histórico eram outros, mas depois de décadas e de as

crianças serem consideradas cidadãs, na legislação, o pensamento higienista estaria distante dos dias atuais?

REFERÊNCIAS

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Os Anormais**: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GUILHERME, Maria Manuela Duarte. **Visões de futuro em Freire e Dewey**: perspectivas interculturais das matrizes (pós) coloniais das Américas. *Ecos-Rev.Cient.* São Paulo, n.44, p.205-223, set./dez.2017.

HENNIGEN, Inês. **A contemporaneidade e as novas perspectivas para a produção de conhecimentos**. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPEl | Pelotas [29]: 191 - 208, julho/dezembro 2007.*

KOHAN, O. Walter. **Infancia y Filosofía**. (Colección Pregunto, dialogo, aprendo) 2009.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea (1950). 14. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

MARINHO, Cristiane M. **Corpo heterotópico como resistência aos processos de subjetivação identitária**: algumas questões filosófico-educacionais. Texto apresentado no IX Colóquio Internacional Michel Foucault, no Recife, em 16 de abril de 2015. Disponível em: <http://michelfoucault.com.br/?textos,37> Acesso em: 20 fev 2021.

PIZZI, Laura Cristina Vieira. Currículo, subjetividade e cidadania no ensino fundamental: política para crianças. In: ALVES, Juliana Carla da Paz; PIZZI, Laura Cristina Vieira; ROCHA, Paula Rejane Lisboa da (Org.). **Cidadania e poesia na escola**: essa rima cola. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. **Saúde do espírito**: higiene mental. Rio de Janeiro: Serviço de Nacional de Educação Sanitária, 1939

SILVA, Jair Militão da. Movimentos populares e a democratização do ensino. In: FISCHMANN, Roseli (Org.). **Escola brasileira**: temas e estudos. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.